



1 **Ata da 31ª Reunião do Conselho de Transparência Pública e Combate a Corrupção. Data:**  
2 14 de março de 2018, às 14h00. **Local:** Sala de reuniões da Secretaria de Estado de Controle e  
3 Transparência, situada na Av. Governador Bley, 236, Ed. Fábio Ruschi, 8º andar, Centro, Vitória.  
4 Ao décimo quarto dia do mês de março de dois mil e dezoito, às quatorze horas, reuniu-se o  
5 **CONSELHO ESTADUAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE A CORRUPÇÃO** sob  
6 a Presidência do Sr. **Marcos Paulo Pugnall da Silva**, Secretário de Estado de Controle e  
7 Transparência e Presidente do Conselho. A reunião foi secretariada pelo Secretário-Executivo  
8 **RICARDO MONTEIRO OLIVEIRA** e contou com a presença dos seguintes representantes dos  
9 órgãos participantes: Alex Pretti, representante suplente da Defensoria Pública do Estado do  
10 Espírito Santo – DP-ES; Emanuel Junqueira, representante da Universidade Federal do Estado  
11 do Espírito Santo – UFES; Fabiana Alves da Silva, representante suplente da Secretaria de  
12 Estado da Fazenda – SEFAZ; Fernando Antônio Marins de Albuquerque, representante suplente  
13 da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER, Francisco Martinez Berdeal,  
14 representante suplente do Ministério Público do Estado do Espírito Santo – MPE-ES, Sandra  
15 Mara Magevski, representante suplente da Secretaria de Estado de Orçamento e Planejamento  
16 – SEP e Douglas Dantas Cardoso Gardiman, representante do Sindicato dos Jornalistas. Não  
17 participaram da reunião: Procuradoria Geral do Estado – PGE, Tribunal de Contas do Estado do  
18 Espírito Santo – TCE-ES, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Espírito Santo – OAB-  
19 ES, ONG Transparência Capixaba, Conselho Estadual de Ética Pública do Estado do Espírito  
20 Santo, Central Única dos Trabalhadores - CUT/ES e Federação da Agricultura e Pecuária do  
21 Estado do Espírito Santo – FAES. Também participou da reunião Flávia Martins, Assessora de  
22 Comunicação da SECONT. I. Foi declarada aberta a Sessão Conjunta pelo Presidente. II. Na  
23 ordem do dia, o Secretário-Executivo fez a apresentação da pauta da reunião, que foi a seguinte:  
24 1) Abertura da reunião - Presidente do Conselho; 2) Apresentação dos membros do Conselho; 3)  
25 Informes; 4) Leitura e discussão da Ata da 31ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de  
26 Transparência e Combate à Corrupção; 5) Deliberações da 31ª Reunião Ordinária; 6) Decreto de  
27 Nomeação dos membros do Conselho para o Biênio 2017-2019; 7) Questões de ordem e  
28 encaminhamentos. III. Em seguida, o novo Presidente do Conselho se apresentou,  
29 cumprimentou os presentes e deu prosseguimento à reunião. IV. Na sequência foram dados os  
30 seguintes informes pelo Secretário-Executivo: 1) a assinatura do Decreto nº 4224-R, de 13 de  
31 março 2018, que regulamenta a aplicação da Lei nº 10.498, de 26/02/2016, que instituiu o Fundo  
32 Estadual de Combate à Corrupção; 2) a publicação na Revista da CGU de um artigo produzido  
33 pelos auditores do estado Frederico Pinto de Souza e Fabiano da Rocha Louzada, que aborda o  
34 novo controle interno: “O modelo de três linhas de defesa para uma gestão eficaz de riscos no  
35 âmbito do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo”. Também foi dada ciência sobre a  
36 palestra proferida pelo Secretário Marcos Pugnall a empregados da CESAN, cujo tema abordou  
37 aspectos relacionados à prevenção e combate à corrupção, em especial aos fatos pretéritos à  
38 promulgação da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa  
39 pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos  
40 Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Outro informe do Secretário-Executivo foi o  
41 trabalho que vem sendo realizado pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações – CMRI,  
42 última instância recursal dos pedidos de informações no âmbito estadual. V. Na sequência,  
43 Secretário-Executivo deu início à leitura da ata da 30ª Reunião do Conselho de Transparência  
44 Pública e Combate à Corrupção, que foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes.  
45 VI. O próximo item de pauta foi o acompanhamento das deliberações da 31ª Reunião Ordinária.  
46 (a) Em relação à Deliberação CONSTRAN 30-01, que o Secretário-Executivo ficou responsável  
47 por encaminhar ofício ao Subsecretário da SESP, Sr. Vinicius Xavier Teixeira, solicitando aquela  
48 autoridade a prestar informações quanto ao andamento do estudo sobre a possibilidade da  
49 adoção de filmagens das operações policiais, principalmente nas manifestações populares, foi  
50 informado que em 12/01/2018 foi recebido na SESP o Ofício nº 001/2018. Posteriormente, a  
51 Secretaria-Executiva do Conselho encaminhou e-mail em 31/01/2018 e em 08/02/2018, sem  
52 obter, entretanto, a resposta solicitada. Por meio de telefone, a secretária do Sr. Vinicius



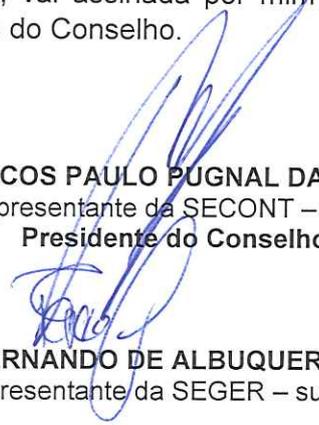
53 informou que a solicitação foi encaminhada para apreciação da Polícia Militar. O assunto foi  
54 discutido pelo colegiado e foram feitas ponderações sobre a questão, tendo ficado **deliberado**  
55 pela unanimidade dos presentes que: **DELIBERAÇÃO CONSTRAIN 31-01** - o *Presidente do*  
56 *Conselho irá encaminhar ofício ao Secretário da SESP reiterando o pedido feito ao*  
57 *Subsecretário Vinicius Xavier Teixeira, no sentido de prestar informações quanto ao andamento*  
58 *do estudo sobre a possibilidade da adoção de filmagens das operações policiais, principalmente*  
59 *nas manifestações populares; (b)* Em seguida, foi feito um relato sobre o não atendimento, por  
60 parte da PGE, da solicitação decorrente da deliberação do Conselho sobre a transparência dos  
61 gastos relacionadas aos advogados dativos (Processo nº 79224229). Nesse sentido, foi  
62 informado que a Secretaria-Executiva do Conselho encaminhou e-mail em 29/11/2017, em  
63 06/02/2018 e em 08/03/2018, sem, entretanto, obter a informação solicitada. Como resposta, a  
64 secretária da PCA-PGE informou que o processo foi distribuído para análise do Procurador do  
65 Estado Dr. Joemar. A informação repassada à Secretaria-Executiva do Conselho foi de que o  
66 procurador ainda não havia concluído seu parecer. Sobre esse assunto, o representante da  
67 Defensoria Pública, Dr. Alex, informou que seu órgão está atuando conjuntamente com a  
68 Secretaria de Planejamento e Secretaria de Governo para buscar aumentar progressivamente o  
69 quadro de defensores públicos como forma de mitigar gradativamente as despesas com os  
70 advogados dativos. A representante da SEFAZ lembrou que o judiciário e a OAB estão em  
71 tratativas para estabelecer melhores critérios de designação dos defensores dativos como forma  
72 de evitar o favorecimento de um determinado grupo de advogados. Diante do exposto, ficou  
73 **deliberado** pela unanimidade dos presentes que: **DELIBERAÇÃO CONSTRAIN 31-02** - o  
74 *Presidente do Conselho irá encaminhar ofício ao Procurador Geral do Estado reiterando o*  
75 *pedido feito à PGE sobre a transparência dos gastos relacionados aos advogados dativos*  
76 *(Processo nº 79224229). VII.* O próximo item de pauta foi informar sobre a publicação do decreto  
77 de nomeação dos membros do Conselho para o Biênio 2017-2019. O Decreto nº 020-S, de 08  
78 de janeiro de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado em 09/01/2018, designou os novos  
79 membros que passam a compor o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção  
80 do Estado do Espírito Santo, no biênio janeiro de 2018 a janeiro de 2020. **VIII.** O último item da  
81 pauta foram as questões de ordem e encaminhamentos. Nesse sentido, foi dada palavra livre  
82 aos conselheiros. Iniciando as manifestações, o Secretário-Executivo informou sobre a demanda  
83 oriunda do Conselho Estadual de Controle Interno - CECI, que solicitou que fosse apreciada a  
84 possibilidade de ingresso da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça no Conselho de  
85 Transparência Pública e Combate à Corrupção. Nesse sentido, ficou **deliberado** pela  
86 unanimidade dos presentes que: **DELIBERAÇÃO CONSTRAIN 31-03** - a *Assembleia Legislativa*  
87 *e o Tribunal de Justiça deverão encaminhar ofício ao Presidente do Conselho manifestando o*  
88 *interesse em participar como membros do Colegiado, apresentando os fundamentos para tal,*  
89 *de forma que o pleito seja submetido à apreciação do Governador do Estado.* Na sequência, Dr.  
90 Alex, representante da Defensoria Pública, solicitou que fosse examinada a situação de seu  
91 órgão, que participa do Colegiado como representante das autoridades do Poder Executivo  
92 Estadual, quando na realidade, em face de sua autonomia administrativa e financeira, deveria  
93 participar como representante das autoridades públicas convidadas. Nesse sentido, ficou  
94 **deliberado** pela unanimidade dos presentes que: **DELIBERAÇÃO CONSTRAIN 31-04** - a  
95 *Presidência do Conselho irá elaborar minuta de decreto visando a alteração da forma de*  
96 *representação da Defensoria Pública do Estado no Colegiado, que deverá ser incluída no rol das*  
97 *autoridades públicas convidadas.* Em seguida, o representante da UFES, Sr. Emanuel  
98 Junqueira, solicitou que fosse cobrado do Governo do Estado informações sobre as providências  
99 que estariam sendo tomadas em relação à concessão da BR-101. Nesse sentido, considerando  
100 que a concessão é federal e não tem gestão do Governo Estadual, o representante do MPES,  
101 Dr. Francisco, se prontificou verificar junto ao Ministério Público Federal se aquele órgão de  
102 controle federal impetrou alguma ação relacionada ao tema. Nesse sentido, ficou **deliberado**  
103 pela unanimidade dos presentes que: **DELIBERAÇÃO CONSTRAIN 31-05** - o *representante do*  
104 *Ministério Público Estadual irá buscar maiores informações junto ao Ministério Público Federal*



# GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONSELHO ESTADUAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO- CONSTRAN

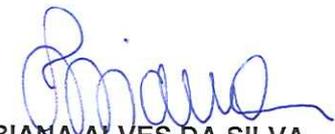
105 *sobre a existência de ações impetradas por aquele órgão de controle relacionadas à concessão*  
106 *da BR-101 para que o assunto possa ser rediscutido na próxima reunião do Conselho. IX.*  
107 Encerramento: Esgotada a pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou  
108 encerrada a sessão conjunta dos conselhos, às dezessete horas, do que, para constar, eu,  
109 **RICARDO MONTEIRO OLIVEIRA**, Secretário-Executivo, lavrei a presente ata que, depois de  
110 conferida, vai assinada por mim \_\_\_\_\_, pelo Senhor Presidente e demais  
111 membros do Conselho.

  
**MARCOS PAULO PUGNAL DA SILVA**  
Representante da SECONT – titular  
**Presidente do Conselho**

  
**FERNANDO DE ALBUQUERQUE**  
Representante da SEGER – suplente

**EMANUEL JUNQUEIRA**  
Representante do UFES – titular

**DOUGLAS DANTAS CARDOSO GARDIMAN**  
Representante do Sindicato dos Jornalistas do  
Espírito Santo – titular

  
**FABIANA ALVES DA SILVA**  
Representante do SEFAZ – suplente

  
**SANDRA MARA MAGEVSKI**  
Representante do SÉP - suplente

**FRANCISCO MARTINEZ BERDEAL**  
Representante do MPES – suplente

  
**ALEX PRETTI**  
Representante da Defensoria Pública do Estado  
do Espírito Santo - suplente

112